

Economistas propõem meta maior de inflação

Diante do choque de oferta, alvo de 4% em 2005 soa irrealista para as mais variadas vertentes

PRISCILLA MURPHY

Em meio à discussão sobre a conveniência da atual política econômica, um mesmo vilão surge tanto no discurso de conservadores quanto de economistas considerados mais heterodoxos: a meta de inflação. "O tripé de disciplina fiscal, câmbio flexível e meta de inflação é uma boa política", diz o secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Eduardo Guardia. "Mas houve um erro evidente na calibragem da meta", acrescenta o secretário, cujo conservadorismo econômico está acima de qualquer suspeita.

Para Guardia, é admissível que o governo queira uma meta baixa de inflação, como a de 4% estabelecida para 2005, mas não pode querer chegar rápido demais a ela, depois de choques externos como o do petróleo e de matérias-primas como o aço. "O problema não é a meta, mas a velocidade com que se pretende chegar a ela."

"É necessário rever a meta", diz o economista Roberto Macedo, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, ressaltando que o corte de gastos públicos seria sua primeira opção para desaquecer a atividade econômica, evitando um aumento do juro básico. "Com os preços administrados indexados aos IGPs, índices de inflação muito influenciados pela variação do dólar, que geralmente ficam acima do índice oficial, o IPCA, já entramos em 2005 carregando uma inflação

de 2,2 pontos percentuais, mais da metade da meta para o ano que vem", diz Macedo.

"O governo deveria trabalhar institucionalmente na mudança desses indexadores", sugere o economista. Para ele, seria possível renegociar a indexação das tarifas de serviços de utilidade pública por algo que refletisse a variação de custos das empresas, por exemplo, sem romper contratos. "O próprio Ministério de Minas e Energia já admitiu que cogita mudar o indexador".

"A questão está toda na política de metas", diz o economista e professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo. Numa economia exposta a choques cambiais excessivos como a brasileira, diz, o governo fixou uma meta de inflação muito baixa. "A economia começa a crescer e tem de retroceder para não ameaçar a meta." Segundo ele, com as tarifas públicas praticamente indexadas ao dólar é con-

traditório ter um sistema de metas de inflação. "A indexação já deveria ter sido alterada, mas o governo teme que isso soe como um desrespeito aos contratos."

Belluzzo lembra que o próprio

ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga escreveu um texto ao deixar o cargo defendendo a flexibilização da meta. "Por isso é que se pede, por exemplo, uma ampliação do Conselho Monetário Nacional." Até o Bundesbank levava em conta os variados agentes econômicos para definir sua meta implícita, diz o economista, referindo-se ao banco central alemão, cuja atuação sempre foi considerada a mais impecável entre as autoridades monetárias e que hoje perdeu grande parte das funções para o Banco Central Europeu.

DEBATE
INCLUI
AMPLIAÇÃO
DO CMN